

Lei Ordinária nº 658/1979

Estima a receita e Fixa a Despesa do Município de Camapuã, para o Exercício Financeiro de 1980.

Joaquim Faustino Rosa, Prefeito Municipal de Camapuã, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei: Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22/11/79, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 04 de dezembro de 1979

Art. 1°.

O Orçamento Geral do Município de Camapuã para o Exercício Financeiro de 1980, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 60.322.700,00 (sessenta milhões, trezentos e vinte e dois mil e setecentos cruzeiros).

Art. 2°. A Receita será realizada mediante a arrecadação das rubricas na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo nº 2 da Lei Federal nº 4.320/64, e de acordo com os seguintes desdobramentos:

1 - RECEITAS CORRENTES

1.1 - Receita Tributária - Cr\$ 2.499.800,00

1.2 - Receita Patrimonial - Cr\$ 210.000,00

1.3 - Receita Industrial - Cr\$ 300.000,00

1.4 - Tranferências Correntes - Cr\$ 34.769.000,00

1.5.- Receitas Diversas - Cr\$ 1.040.000,00

Soma Cr\$ 38.818.800,00

- 2 RECEITAS DE CAPITAL
- 2.1 Operações de Créditos Cr\$ 12.000.000,00
- 2.2 Alienação e bens moveis e imóveis Cr\$ 90.000,00
- 2.3 Transferências de Capital Cr\$ 9.313.100,00
- 2.4 Outras Receitas de Capital Cr\$ 100.800,00

Soma Cr\$ 21.503.900,00

TOTAL DA RECEITA Cr\$ 60.322.700,00

Art. 3°. A Despesa será realizada na forma especificada no anexo nº 04 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme o seguinte desdobramento:

-		
۱ -	POR FUNÇÕES DO	O GOVERNO

01 - Legislativo - Cr\$ 1.297.000,00

03 - Administração e Planejamento - Cr\$ 14.686.200,00

08 - Educação e Cultura - Cr\$ 5.699.000,00

10 - Habitação e Urbanismo - Cr\$ 17.880.400,00

13 - Saúde e Saneamento - Cr\$ 5.404.800,00

15 - Assistência e Previdência - Cr\$ 621.800,00

16 - Transporte - Cr\$ 14.733.500,00

Total de Despesas Cr\$ 60.322.700,00

II - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

I - Despesas Correntes - Cr\$ 24.062.700,00

II - Despesas de Capital - Cr\$ 35.560.000,00

Total de Despesa Cr\$ 60.322.700,00

III - POR PROGRAMAS

01 - Processo Legislativo - Cr\$ 1.297.000,00

07 - Administração - Cr\$ 11.683.000,00

08 - Administração Financeira - Cr\$ 1.003.200,00

42 - Ensino de 1º Grau - Cr\$ 5.395.000,00

46 - Educação Física e Desportos - Cr\$ 85.000,00

47 - Assistência a Educandos - Cr\$ 70.000,00

48 - Cultura - Cr\$ 149.000,00

51 - Energia Elétrica - Cr\$ 5.050.400,00

58 - Urbanismo - Cr\$ 9.830.000,00

60 - Serviços de Utilidade Pública - Cr\$ 3.000.000,00

75 - Saúde - Cr\$ 2.470.000,00

76 - Saneamento - Cr\$ 1.934.800,00

77 - Proteção ao Meio Ambiente - Cr\$ 1.000.000,00

81 - Assistência - Cr\$ 424.800,00

84 - Programa Form. Patrimônio Ser. Público - Cr\$ 197.000,00

88 - Transporte Rodoviário - Cr\$ 14.733.500,00

IV - POR SUB-PROGRAMAS

001 - Ação Legislativa - Cr\$ 1.297.000,00

021 - Administração Geral - Cr\$ 9.297.000,00

025 - Const. Edifício Administ. Costa Rica - Cr\$ 1.000.000,00

030 - Administração de Receita - Cr\$ 550.000,00

032 - Controle Interno - Cr\$ 453.200,00

033 - Dívida Interna - Cr\$ 2.955.000,00

111 - Extensão Rural - Cr\$ 20.000.00

- 188 Ensino Regular Cr\$ 5.210.000,00
- 190 Educação Pré-Escolar Cr\$ 65.000,00
- 228 Parques Recreativos e Desporivos Cr\$ 85.000,00
- 235 Bolsas de Estudo Cr\$ 70.000,00
- 247 Difusão Cultural Cr\$ 149.000,00
- 263 Geração de Energia Hidrelétrica Cr\$ 1.500.000,00
- 264 Geração de Energia Termoelétrica Cr\$ 3.550.000,00
- 323 Planejamento Urbano Cr\$ 9.830.000,00
- 325 Limpeza Pública Cr\$ 810.000,00
- 327 Iluminação Pública Cr\$ 1.230.000,00
- 328 Parques e Jardins Cr\$ 960.000,00
- 427 Alimentação e Nutrição Cr\$ 120.000,00
- 428 Assistência Médica e Sanitária Cr\$ 2.250.000,00
- 430 Fiscalização e Inspeção Sanitária Cr\$ 220.000,00
- 448 Saneamento Geral Cr\$ 1.934.800,00
- 455 Defesa Contra Erosão Cr\$ 1.000.000,00
- 486 Assistência Social Geral Cr\$ 424.800,00
- 494 Previdência Social Geral Cr\$ 197.000,00
- 534 Estradas Vicinais Cr\$ 14.733.500,00

Art. 4°. Fica o Executivo autorizado a:

- **a)** Efetuar operações de créditos por antecipação da Receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada (artigo 67 da Constituição Federal);
- b) Proceder a abertura, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- c) Tomar, se necessário, medidas para ajustar os dispêndios da Despesa ao efetivo comportamento da Receita.
- Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 04 de dezembro de 1979.

Joaquim Faustino Rosa

Prefeito Municipal